

O Laboratório de Preservação Audiovisual do Arquivo Geral da Universidade da República

The Audiovisual Conservation Laboratory of the General Archive of the University of the Republic

Isabel Wschebor

(Coord.), assistente de pesquisa e coordenadora do Laboratório de Conservação
Isabelwp@gmail.com

Julio Cabrio, Lucía Secco e Mariel Balás

RESUMO:

Em meados de 2007, a reitoria da Universidade da República encarregou ao Arquivo Geral da Universidade (AGU) a custódia do acervo do Instituto da Universidade (ICUR), cujo funcionamento estendeu-se de 1950 até sua intervenção, em 1973. Esse acervo, localizado então no subsolo da Faculdade de Direito, nas dependências do Departamento de Meios Técnicos e de Comunicação, incluía quase 800 películas e mais de 12.000 fotografias produzidas e adquiridas por esse Instituto, assim como seu arquivo administrativo e uma biblioteca especializada em filme e fotografia científica, que conta com exemplares únicos de revistas e edições dos anos 1950 e 1960 do século passado.

Este artigo descreve as distintas etapas mediante as quais o Arquivo Geral da Universidade se preocupou em salvaguardar e conservar esse fundo documental e qual foi a metodologia de trabalho aplicada no tratamento do mesmo.

Palavras-chave: arquivo; filme; conservação

ABSTRACT:

In mid-2007, the rectorship of the University of the Republic entrusted the AGU (General Archive of the University of the Republic) with the care of the collection of the ICUR (Institute of Cinematography of the University of the Republic), which functioned from 1950 until its end in 1973. This collection – then kept in the basement of the Faculty of Law, within the premises of the Department of Technical Means of Communication – included over 800 films and more than 12,000 photographs produced and acquired by the institute, as well as its administrative archive and a library specialising in scientific film and photography, which includes unique issues of magazines and publications from the 1950s and 1960s.

This article describes the different stages the General Archive of the University went through as it sought to safeguard and conserve this documental collection, and the methodology used for its treatment.

Keywords: archive; film; conservation

Um filme nos diz tanto sobre um indivíduo, um grupo de pessoas, um país, uma época determinada como um livro, um código, um manuscrito ou uma coleção de documentos. Um filme é, em si mesmo, um acervo documental em imagens. É também um testemunho criativo que é dirigido a toda a humanidade...

Alfonso Del Amo García, *Classificar para preservar* (Madri: Filmoteca Espanhola/Conaculta, 2006).

O Arquivo Geral da Universidade da República (Montevidéu/Uruguai) funciona desde o ano de 2002 e tem como atribuição custodiar a documentação histórica e administrativa da Instituição, assim como assessorar os diferentes setores no que concerne ao cuidado com seus arquivos. Há seis anos, custodia o fundo de películas do antigo Instituto de Cinematografia da Universidade da República e o conhecimento obtido nesse contexto nos permitiu desenvolver um Laboratório de Preservação Audiovisual.

Parece-nos importante transmitir a experiência de trabalho interdisciplinar com o fundo documental do antigo Instituto da Universidade (ICUR) porque pode inspirar empreendimentos igualmente ousados de tratamento integral da documentação histórica com fins de divulgação patrimonial. Queremos destacar também a intenção de formar equipes técnicas especializadas em temas de grande relevância no campo audiovisual e na vida cultural de nosso país. Após relatar as diferentes etapas do trabalho realizado, este artigo fornece algumas diretrizes para o tratamento dos materiais audiovisuais, derivados da experiência concreta de trabalho com o acervo do ICUR.

A recuperação do acervo

Em meados de 2007, a direção da Universidade da República encarregou à AGU a custódia do acervo do ICUR, que funcionou desde 1950 até a sua intervenção, em 1973. Esse acervo, localizado então no subsolo da Faculdade de Direito, nas dependências do Departamento de Meios Técnicos e de Comunicação, inclui quase 800 películas e mais de 12.000 fotografias produzidas e adquiridas por esse Instituto, assim como seu arquivo administrativo e uma biblioteca especializada em cinema dos anos 1950 e 1960 do século passado.

Para entender a relevância desse fundo documental é importante destacar que o ICUR foi a primeira instituição no Uruguai destinada à produção de filme científico e pedagógico. Desenvolveu um trabalho inovador no campo da micro e macrocinematografia, com métodos audiovisuais pioneiros na observação dos fenômenos biológicos. Converteu-se, posteriormente, em um espaço de inovação em âmbito nacional no que concerne ao cinema documentário de interesse social e político.

Isabel Wschebor, que coordena o trabalho com esse acervo, reconstrói essa história em sua tese de mestrado em estudos latino-americanos da Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação. Sua pesquisa situa o ICUR no contexto do desenvolvimento do gênero documentário na América Latina e dos processos de institucionalização da atividade científica no Uruguai, mediante uma detalhada reconstrução das diferentes etapas do cinema e da fotografia universitárias. Este trabalho historiográfico tem servido de base a todo o projeto de resgate do arquivo que, por sua vez, serve-lhe de esteio. Não é exagerado afirmar que se trata de um acervo único para estudar o papel da Universidade da República na história da arte, os meios, as tecnologias, a ciência e a cultura em seu sentido mais amplo. Sua preservação e disponibilidade ao público constitui a primeira etapa de uma cadeia de trabalho orientada para a investigação em áreas de interesse prioritário para a AGU.

Nesse sentido, é necessário lembrar que são documentos muito instáveis do ponto de vista físico-químico e, portanto, seu acesso requer um minucioso trabalho de conservação. O arquivo inclui centenas de películas cinematográficas analógicas, em sua maior parte sonoras, cujo suporte flexível é, na maioria dos casos, acetato de celulose submetido a uma emulsão fotossensível formada por gelatina e sais de prata. Após a proibição da produção de nitrato de celulose na Europa e nos Estados Unidos entre as décadas de 1940 e 1950, o acetato se converteu no principal plástico utilizado como suporte para as películas fotoquímicas, tanto em fotografia como no filme. Nas últimas décadas, tem-se observado sua rápida decomposição devido ao contato com temperaturas elevadas, liberando o ácido acético com que havia sido fabricado (e que lhe dá seu característico odor de vinagre). Esse gás é altamente tóxico e se dissemina rapidamente para o resto das coleções provocando perdas irreversíveis. No presente caso, essa grande instabilidade físico-química tem sido agravada de forma exponencial porque as fitas não foram conservadas nem reproduzidas em condições ambientais e tecnológicas favoráveis.

Após um intenso debate coletivo, a equipe da AGU decidiu que a tarefa de recuperação desse arquivo não podia realizar-se a partir de critérios técnicos reproduzidos de forma acrítica. Por isso, faz três anos que vimos desenvolvendo diferentes linhas de trabalho que possibilitaram pesquisas específicas vinculadas tanto ao fenômeno da digitalização e da transferência de formatos em filme como à conservação de materiais físico-químicos. A atividade foi realizada em diferentes etapas que descrevemos em termos gerais em seguida, para depois desenvolver os aspectos mais técnicos do processo de conservação e digitalização:

- Primeira etapa: Em 2007, a equipe da AGU realizou um diagnóstico primário da documentação, constatando o mau estado de várias películas, separando-as do resto da coleção, cujo grau de deterioração não era tão avançado. Entre 2008 e 2009, após descartar os documentos irrecuperáveis com o apoio do Hospital das Clínicas, a equipe da AGU realizou procedimentos de limpeza manual e começou a sistematizar

a informação contida nas películas em uma planilha projetada para esse fim. Ao mesmo tempo, tratou-se de controlar de maneira primária os níveis de umidade relativa no depósito mediante um desumidificador. Já nesse momento, decidiu-se que o tratamento do material realizar-se-ia de forma integral, aproveitando a experiência para capacitar uma equipe de trabalho que não tinha expertise anterior no país.



Vista geral do depósito onde películas do ICUR eram guardadas entre a década de 1980 e o ano de 2010.



Depósito atual

- Segunda etapa: Em 2010, depois da mudança da Área de Investigação Histórica para a sua nova sede, uma sala foi equipada para conservar as películas transferidas do depósito da Faculdade de Direito, desenvolvendo-se uma segunda etapa no plano de conservação, orientado para melhorar as condições ambientais e o tratamento preventivo dos materiais. Nesse período, transferiram-se os *backups* existentes em VHS para DVD, gerando cópias de acesso, e foram realizadas tarefas de descrição do acervo com a intenção de dar conta das características gerais dos documentos. Durante esse período, tomamos contato com o arquivo particular de Plácido Añon, um dos principais expoentes da história do ICUR. Realizou-se um trabalho de investigação e de recuperação do arquivo particular desse fotógrafo e cineasta graças ao contato com sua viúva, Martha Elcarte. Implementou-se uma técnica de restauração analógica das imagens, cuja deterioração estava sendo ocasionada por uma curvatura que não permitia que as mesmas fossem planificadas para serem acondicionadas. Este trabalho permitiu

exibir cópias originais feitas por Añon entre as décadas de 1950 e 1960, deixando-as acondicionadas em materiais excelentes para a sua conservação, com o objetivo de guardá-las adequadamente.

- Terceira etapa: A partir de 2011, a incorporação de uma equipe de trabalho destinada especificamente às tarefas de conservação e de digitalização no laboratório, permitiu a criação de uma cadeia de trabalho dirigida à conservação integral do arquivo. Após cumprir as gestões antes projetadas, destinadas a deter a deterioração do fundo documental, enfrentamos uma fase que exigiu maior quantidade de recursos humanos treinados no manuseio específico da tecnologia clássica e contemporânea, que permitisse o tratamento integral dos documentos audiovisuais, identificando os materiais de acordo com suas temáticas e o seu uso no passado, cuidando da conservação dos originais e permitindo, por sua vez, o acesso público a seus conteúdos.

Esta etapa incluiu estabilizar os materiais fílmicos, restaurar basicamente seu suporte analógico, telecinar¹ e tratar digitalmente as películas capturadas e armazenar os arquivos resultantes. Além das atividades de desenvolvimento técnico associadas à conservação, documentação e digitalização das películas e fotografias, consideramos imprescindível a criação de uma equipe interdisciplinar para desenvolver linhas de pesquisa que transcendam os procedimentos técnicos e façam uma incursão a diferentes dimensões associadas aos aspectos arquivísticos, históricos e tecnológicos das imagens.



Sistema de limpeza manual de película cinematográfica utilizada na AGU.

Práticas de arquivo com materiais audiovisuais

Como dissemos, a política de conservação do acervo do ICUR apostou no tratamento integral do mesmo. Por um lado, foram respeitadas as recomendações da Federação Internacional dos Arquivos do Filme (FIAF) no que diz respeito à conservação e à custódia de arquivos audiovisuais, tendo em vista que se trata de materiais especialmente frágeis, que requerem alguns tratamentos específicos. Por outro lado, a descrição dos mesmos tem sido realizada a partir das conhecidas normas ISAD-G, utilizadas pela área de Investigação Histórica para a totalidade dos fundos.

A partir da nossa experiência, fornecemos um conjunto de diretrizes em matéria de descrição e conservação preventiva para esse tipo de arquivos, com o objetivo de que as mesmas possam ser aplicadas por qualquer instituição que guarde esse gênero de documentação.

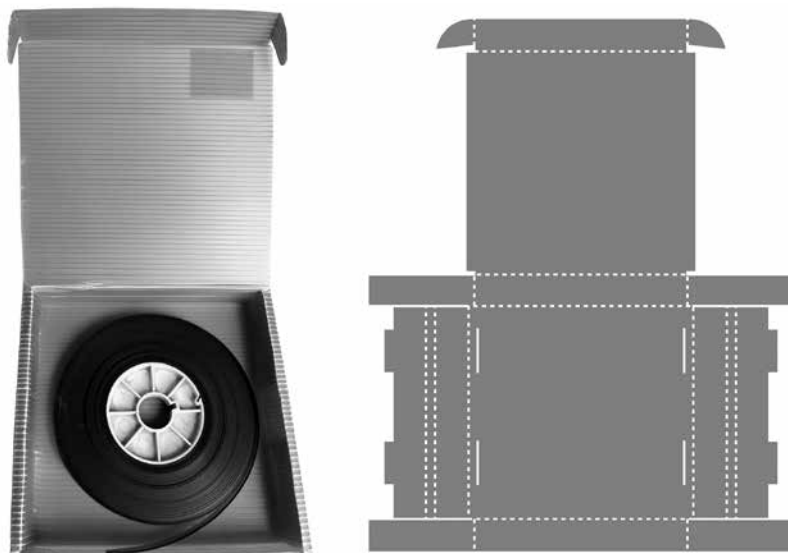
O procedimento pode ser dividido em três etapas:

Inspeção e acondicionamento físico das películas

Todas as películas a serem examinadas, procedentes de depósito com temperatura e umidade relativa controladas, devem manter-se, entre 48 e 72 horas, em uma câmara de transição, antes de serem acondicionadas em sacos lacrados para evitar a condensação que se produz quando há variações bruscas de temperatura e umidade.

O processo de inspeção dos materiais fílmicos começa separando-se a embalagem metálica primitiva da película de acetato ou poliéster, para evitar que o óxido e os vapores de esmalte que se desprendem das latas continuem deteriorando os materiais. É conveniente fazer um registro desse processo e documentar todo tipo de informação armazenada na superfície das embalagens metálicas, assim como também nas fichas técnicas originais de papelão ácido que podem estar contaminadas. Uma vez separada a película desses agentes de deterioração, realiza-se uma inspeção ocular, observando-se a olho nu as condições físicas do suporte para determinar os cuidados necessários à sua manipulação. Em seguida, monta-se o rolo da película em uma bobina para realizar a rebobinação manual sobre uma mesa de luz equipada com manivelas e efetua-se uma primeira limpeza com pressão de ar constante em ambos os lados do filme para remover o pó depositado.

Depois, efetua-se, unicamente sobre a frente do suporte, uma segunda limpeza com álcool isopropílico diluído em 12%, tomando os cuidados necessários para não retirar nenhum tipo de marca ou inscrição. Descarta-se todo o tipo de bobinas metálicas existentes e enrola-se a película em uma peça de plástico, de modo que o começo do filme fique situado no extremo exterior do rolo. Finalmente, a película é armazenada em sentido horizontal, dentro de um invólucro de polipropileno com ventilação e devidamente etiquetado, para que se possa proceder às etapas seguintes.



Esquerda: Invólucro de polipropileno estendido, especialmente projetado pela equipe da AGU e utilizado para a troca de protetor das películas do ICUR.
Direita: desenho original para a confecção do invólucro.

Identificação e descrição das características físico-químicas

A descrição da documentação é uma ferramenta fundamental para se definir as ações que deveremos executar posteriormente. Tal como expressamos no início, temos seguido as recomendações da Norma Internacional de Descrição Arquivística e, para tanto, procedemos em primeiro lugar à descrição geral do fundo, para se ter uma ideia global das características do acervo. Em uma segunda fase, realizaram-se planilhas com os dados essenciais de cada unidade documental. Esta informação foi adicionada a uma base de dados que se pode imprimir e guardar em papel.

Os dados de conteúdo e gestão adicionados nessa etapa foram:

- Assinatura topográfica: dados relativos à localização do material, sua situação física no depósito, seu código de referência alfanumérico em relação ao resto do acervo.
- Direito de propriedade ou autoria: informação referente às condições legais vigentes a que está sujeita a documentação.
- Informação filmográfica: dados correspondentes ao conteúdo do filme (título, país, produtor, ano de realização, realizador, equipe de produção etc.) e as características físico-químicas dos suportes físicos, incluindo seu grau de deterioração.
- Dados de inspeção: data das revisões e nomes ou iniciais do pessoal que inspecionou.

Prestamos particular atenção ao registro das características físico-químicas do material e aos possíveis danos que cada película possa ter sofrido com o passar do tempo. Este nível de descrição é fundamental para que se tomem as medidas adequadas na hora de intervir nos documentos. Durante a inspeção é possível observar os danos advindos de diferentes

agentes externos ou internos. Em primeiro lugar, registramos os danos de origem mecânica, aqueles que, embora não produzam alterações na conformação molecular do material, causam danos à sua integridade como no caso de rasuras, perda de fotogramas, rugas, queimaduras por exposição ao calor gerado na proteção da película, arranhões presentes tanto no suporte como na emulsão, buracos ou orelhas, sujidades aderidas, deformação da fita (ondulamento), encolhimento etc. Outras avarias comprometem a estrutura molecular do filme e se refletem nas qualidades físicas da película. Entre elas distinguimos imagem e cor esmaecidos, “espelho de prata”, manchas presentes causadas por um processo original incorreto, perdas da emulsão do filme, manchas ou desvanecimento da imagem pela utilização de fitas adesivas etc.) Reconhecemos, por último, agentes de deterioração de origem animal ou fungo, além dos causados pela própria ação do ser humano na manipulação ou acondicionamento inadequados dos materiais.

Política de conservação preventiva

O conhecimento da documentação permite levar adiante ações de conservação preventiva e de intervenção sobre os documentos. Entre os processos que visam à proteção física dos materiais filmicos distinguimos as fases de inspeção, limpeza, reparação, armazenamento e eventual digitalização.

Em primeiro lugar, entendemos o exame do material filmico como uma forma de aproximação que nos permite conhecer as características físicas e formais, avaliar seu estado de conservação, determinar a possibilidade de uma futura projeção e comparar distintos exemplares de um mesmo título para uma possível digitalização. De forma simultânea à inspeção visual das películas, leva-se a cabo o processo de limpeza, medição do comprimento, indicadores de encolhimento, reparação de perfurações ou orelhas danificadas, detecção de junções em mau estado e substituição por junções novas, grau de ácido acético nos materiais de acetato de celulosa etc. Finalmente, realizamos a guarda da película em invólucros de polipropileno que, junto às condições oferecidas por um depósito com temperatura e umidades controladas, propicia a conservação dos materiais filmicos.

De modo mais sintético e gráfico podemos resumir as distintas ações em matéria de conservação preventiva realizadas na AGU nos seguintes itens:

1. Limpeza e controle da deterioração.
2. Condições de projeção.
3. Armazenamento, climatização e depósito.
 - Invólucros (material e desenho).
 - Condições ambientais.
 - Procedimentos de acondicionamento e protocolos de climatização.
4. Preservação.
 - Preparação e acondicionamento de materiais para digitalização em telecine.

Necessidades técnicas de manutenção e transferência de arquivos audiovisuais

Como vimos nas páginas anteriores, os arquivos que guardam material audiovisual exigem capacidade e conhecimentos técnicos específicos para garantir a conservação, a manutenção e também a preservação da tecnologia que permita sua reprodução e visualização, e que se torna obsoleta muito rapidamente. Além de um espaço cujos ambientes sejam equipados com controle de umidade e temperatura para conservar as películas, é necessário contar com equipamento adequado para reproduzir os materiais e ter acesso a serviços técnicos ou pessoas certas para a manutenção dos equipamentos.

Para assegurar a contínua acessibilidade dos documentos é necessário adaptar o equipamento e manter-se a par das novas atualizações em matéria de guarda para transferência dos materiais. Atualmente, a digitalização é o processo que permite acessar o conteúdo dos materiais audiovisuais em outros formatos, utilizando os equipamentos ou sistemas adequados a cada caso. Para a fita magnética empregam-se reproduzidores apropriados, seja para VHS, Umatic, Beta ou mini dv, que se conectam ao programa de captura e são armazenados em um disco rígido ou no lugar de destino a ser definido. No caso das películas, podem-se utilizar três mecanismos: o *telecine*, o *scanner* ou o *transfer*. No momento, o melhor sistema de digitalização é o *scanner*, já que captura a película quadro a quadro, evitando submeter a fita ao perigo de passar pelas engrenagens de um projetor e aos efeitos que o calor da lâmpada produz em seus componentes fotoquímicos.

O telecine da AGU

No laboratório da AGU decidimos trabalhar com o sistema telecinado. Esta decisão foi tomada porque o equipamento que herdamos do ICUR incluía um aparelho de telecine e, dados os recursos disponíveis e os objetivos definidos para o processo de digitalização, era lógico propor-se a utilização desse sistema e a formação de uma equipe especializada na matéria.

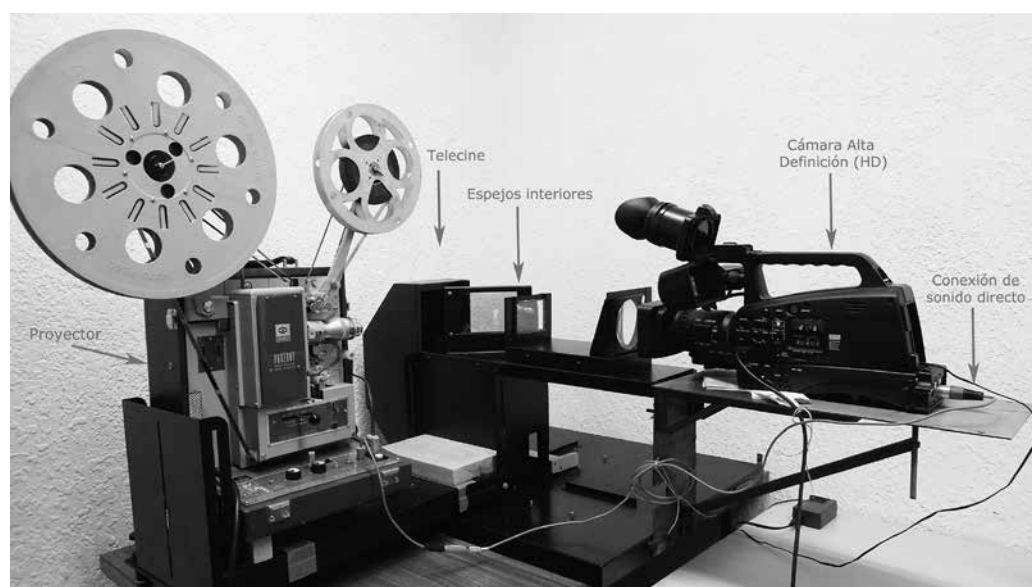
O telecine é uma estrutura metálica em forma de L que contém em seu interior uma série de espelhos que refletem a imagem recebida do projetor para uma câmara de vídeo digital, localizada no outro extremo (ver figura). Para tanto, o sistema deve completar-se com um emissor de imagem – neste caso um projetor de 16mm –, uma câmara que realize a captura e um “lugar” onde armazenar o vídeo em formato digital. Em nosso laboratório, a imagem é capturada em tempo real através de um programa instalado em um computador que utiliza um cartão digitalizador. O material é armazenado em um disco rígido externo.

O projetor, primeiro elo da cadeia no processo de digitalização, teve que ser adaptado especialmente. Por tratar-se de um equipamento projetado para que a imagem alcance uma longa distância e para que o som seja audível a quem estiver na sala, tanto a lâmpada como



Vista geral do sistema de digitalização de película cinematográfica utilizado pela AGU.

os alto-falantes contam com uma potência exagerada para os fins atuais. A lâmpada de 750 watts, além de provocar calor demasiado que afeta os componentes da fita, gera perda de informação por excesso de luz (imagem queimada ou muito branca) e uma mancha nítida em uma zona da imagem correspondente ao filamento. Depois de um processo de investigação, logrou-se adaptar o sistema de iluminação do projetor trocando a lâmpada original e colocando em seu lugar uma de 60 watts que, ao mesmo tempo que diminui a fonte calórica, emite um feixe de luz de forma uniforme por toda a caixa. Para a captura de áudio realizou-se uma conexão que vai diretamente do local onde se produz a leitura do som até a câmara, evitando uma possível distorção na sequência.



Open view dos espelhos que contêm o telecine e através dos quais se projeta a imagem como mecanismo de emissão à câmara como dispositivo de recepção.

Outro ponto a considerar na cadeia do telecine é, precisamente, a câmara que vai capturar a imagem digital, já que a qualidade da imagem obtida e sua fidelidade ao original dependem do equipamento utilizado. É importante levar em conta que todas as imagens digitais têm o mesmo valor. Muitas vezes, como veremos mais adiante, por sua baixa qualidade e pouca definição, só podem ser utilizadas para visualização, quer dizer, para saber o que existe nas fitas ou como registro de um acontecimento, mas não têm grande valor de uso, seja como material de arquivo para outras produções audiovisuais, seja como material para televisão ou projeção em telas grandes.

Isso se pode exemplificar com o caso dos VHS que foram encontrados junto com as películas 16mm do ICUR. Essas capturas foram feitas nos anos 1990 do século passado usando o mesmo telecine que foi adaptado para nova digitalização. Para compreender a vantagem da tecnologia atual, é bom saber que a imagem de vídeo se compõe de linhas horizontais e verticais. O VHS da norma PAL, utilizado no Uruguai, contém 576 linhas verticais. A imagem HD (High Definition) forma-se com 1.920 linhas verticais. Portanto, o formato HD, tal como seu nome indica, permite maior definição e detalhe da imagem. Além disso, os novos equipamentos têm vantagens quanto ao contraste e luminosidade da imagem. Se na AGU tivéssemos utilizado a mesma câmara de captura em formato VHS com que se telecinaram as películas nos anos 1990, o resultado seria uma imagem pouco nítida, com má definição e baixo contraste, o que implica perda de informação da imagem original. De todo modo, as primeiras tarefas de digitalização realizadas na AGU consistiram em passar os VHS a digital, para que pudessem ser visualizados sem necessidade de recorrer a um reprodutor específico. Ainda hoje, algumas películas do ICUR podem ser vistas apenas através dessas cópias.

Usos e manutenção das imagens

Digamos que, como regra geral, não é conveniente iniciar um processo de digitalização se as imagens daí resultantes irão servir somente para visualização já que, além do tempo e os custos implicados na tarefa, os materiais audiovisuais e magnéticos são frágeis e não sabemos quantas vezes podem ser transferidos para outros formatos. Uma vez que realizamos o trabalho de digitalizá-las, devem ter qualidade suficiente para todo tipo de uso.

A imagem digitalizada de vídeo HD é muito pesada. No laboratório da AGU capturamos em tempo real uma imagem HD com uma compressão Apple ProRes que reduz consideravelmente o peso do arquivo sem perda da qualidade. Ainda com essa compressão, o resultado das imagens é de 1 GB por minuto, de modo que se tivermos um vídeo de uma hora, o arquivo final pesará 60 GB. A partir disso, surgem duas considerações fundamentais para o uso dos arquivos digitais: contar com suficientes dispositivos de *backups* de grande capacidade (disco rígido, servidor etc.) e realizar cópias de menor peso e qualidade para visualização, internet e outros usos.

Quanto ao espaço disponível para guardar o material digitalizado, é conveniente realizar uma estimativa do peso que terá o nosso arquivo digital. Por outro lado, os arquivos digitais são muito mais frágeis que os suportes analógicos. É comum que os discos rígidos falhem e deixem de funcionar. Por esse motivo, é fundamental ter várias cópias dos arquivos em suportes diferentes e que sejam guardadas em lugares diferentes. Pode ser em discos rígidos externos distintos, utilizar um servidor confiável e fazer cópias para visualização em DVD ou Blu-ray, porém esses suportes não podem ser os únicos *backups* do conteúdo do nosso arquivo, já que são muito frágeis e a informação pode se perder muito facilmente. Além disso, é importante revisar periodicamente os arquivos e voltar a realizar *backups* se esses falharem.

Por outro lado, os formatos digitais mudam constantemente. Um *backup* realizado há 20 anos em VHS apresenta muitos inconvenientes se se quiser visualizá-lo e as cópias que atualmente fazemos em DVD possivelmente, em poucos anos, já não poderão ser vistas. Por isso, é imperativo realizar uma migração constante de um formato digital a outro.

Também é necessário preservar a matriz digital original, que é o arquivo de vídeo de alta qualidade e sem compressão. Por um lado, é importante conservar esse arquivo e usar uma cópia a cada vez que quisermos manuseá-lo. Por outro, terá um peso considerável, o que vai nos dificultar reproduzi-lo em qualquer computador. É recomendável realizar versões mais leves partindo da matriz. Na AGU, realiza-se uma versão em alta qualidade mas comprimida (em compressão H264) e outra mais comprimida ainda e portanto mais leve. A primeira é a que se usa para a visualização dos pesquisadores ou usuários que consultam o material para projeções, para aulas ou como material de arquivo em outras produções. O segundo formato é usado para difusão na internet.

Seleção do material e o processo

Como vimos anteriormente, a digitalização dos materiais audiovisuais requer um trabalho de ajuste no processo, adaptação das tecnologias obsoletas, tempo de digitalização e custos elevados em equipamento e material de proteção. Isso evidencia que para otimizar os recursos é necessário previamente avaliar, valorar e selecionar aqueles materiais que serão digitalizados, considerando-se que nem todos têm a mesma relevância.

No caso de um arquivo de 800 películas, por exemplo, pode-se começar pela primeira película até chegar à última, seguindo a ordem em que foram armazenadas. É possível, no entanto, que ao atingir a vigésima película não seja viável continuar por causa do fim dos recursos. O resultado poderá ser então 20 películas em formato digital sem que nenhuma tenha grande valor. Isso demonstra a conveniência de realizar previamente um plano de digitalização que identifique o mais relevante e estabeleça as prioridades de acordo com os recursos disponíveis. Considerando que a avaliação do valor patrimonial de qualquer conjunto documental é uma tarefa complexa, é conveniente incorporar nessa etapa diferentes reflexões

de dentro e de fora da instituição, para pôr em relevo a importância histórica, patrimonial, artística ou cultural das obras.

Esse deve ser o primeiro passo na definição das políticas arquivísticas de uma instituição. No caso do fundo ICUR, optou-se por realizar uma digitalização integral para preservar o arquivo global, tendo em vista o grande valor de todas as peças e das películas para a história da Universidade da República e do filme científico e documentário no Uruguai. Além disso, considerou-se que seria relevante formar uma equipe técnica que não tinha expertise anterior no país e podia constituir-se em uma referência na matéria e produzir conhecimento útil para os futuros trabalhos de preservação de imagens em diferentes formatos.

Nesse contexto, como dissemos, optou-se pela adaptação do telecine que estava disponível e não por um escaneamento quadro a quadro que oferece uma imagem de qualidade superior, fiel ao original e sem danificar o material, mas que pelo seu alto custo nos permitiu digitalizar apenas algumas obras. A médio e longo prazo, a ideia é continuar com a digitalização integral das películas produzidas pelo ICUR e ir definindo casos pontuais, sempre que se justifique gerir fundos destinados a processos mais caros.

Nota

1 - É o processo pelo qual uma imagem é transferida para um formato de vídeo para que seja visível nas telas estandar

Recebido em 26/01/2014